GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Colegiados

ATA

CONSELHO DE RECURSOS HIDRICOS DO DIDTRITO FEDERAL

CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE DE ASSESSORAMENTO

MEMÓRIA - 5ª/2020 Reunião CTPA

Data: 28/04/2020

Pauta:

1 – Aprovação da Ata da 3ª/2020 Reunião da CTPA.

2 – Apresentação pela Agência de Bacia Peixe Vivo de proposta para a Agência de Bacia do DF.

3 – Informes e assuntos gerais.

Participantes:

Raquel de Carvalho Brostel (ABES/DF), Gustavo Carneiro (ADASA), Lígia Silva Viveiros Gurgel (CAESB), Patrícia Valls e Silva (SEMA), Maria Consolación/CBH Paranaíba/DF. Participaram como convidados: Célia Maria Brandão Fróes (Diretora Geral da Agência Peixe Vivo). Participaram como ouvintes: Maricleide Maia Said (SEMA), Alba Evangelista Ramos (ADASA), Antonia M. Feitosa (SEMA).

Reunião:

Item 1: Aprovação da Ata da 3ª/2020 Reunião da CTPA. A presidente submeteu à aprovação da Ata da 3ª/2020 reunião da CTPA, que foi aprovada por unanimidade. A seguir houve inversão de pauta do item 2 para item 3.

Item 3. Informes e assuntos gerais. A Presidente sugeriu uma agenda para as próximas reuniões da CTPA. Expôs que as reuniões na terça-feira estão conflitando com as reuniões do GT do SIRH e sugeriu que as próximas reuniões da CTPA voltem a ser realizadas nas quartas-feiras e a cada 15 dias. A sugestão foi aprovada por unanimidade. A presidente propôs a elaboração de uma síntese das informações apresentadas sobre cobrança e agência de bacia na CTPA, pelas agências de bacias, para discussão mais produtiva nas próximas reuniões no âmbito da CTPA e solicitou o apoio de membros da câmara para ajudá-la na elaboração desse trabalho. Na ocasião a conselheira Lígia/Caesb se dispôs a ajudá-la. A seguir, informou que para a próxima reunião da câmara já foi confirmada a participação dos representantes dos comitês do Paranaíba Federal. Finalizou sugerindo que após a finalização desse assunto de cobrança e proposição de uma minuta de resolução a câmara passe a discutir o tema outorga. A sugestão foi acatada por todos.

Item 2. Apresentação pela Agência de Bacia Peixe Vivo de proposta para a Agência de Bacia do DF. A apresentação foi proferida pela Diretora Geral da Agência Peixe Vivo, Senhora Célia Maria Brandão Fróes, que prestou as seguintes informações: que a Agência Peixe Vivo foi criada em 2006, inicialmente para atender o comitê Rio das Velhas, afluente do São Francisco; é uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado; composta por empresas usuárias de recursos hídricos e organizações da sociedade civil, que tem por objetivo a execução da Política de Recursos Hídricos deliberada pelos Comitês de Bacia Hidrográfica; atuação da agência como entidade delegatária para as bacia do CBH Velhas, CHP Pará, CBHSF e CBH Verde Grande; missão da agência é atuar na gestão de recursos hídricos de forma integrada com os entes do sistema para contribuir na melhoria da quantidade e qualidade das águas; a visão da agência é ser reconhecida como referência na gestão de recursos hídricos por suas ações para a melhoria da quantidade e qualidade das águas até 2021; os valores da Agência são fazer a diferença, integridade, credibilidade e trabalho em equipe.

A seguir falou sobre a estrutura funcional: esclareceu que a Peixe Vivo possui uma assembleia geral, um conselho fiscal, uma auditoria independente, um conselho de administração e uma diretoria executiva que é composta pela diretoria geral e quatro gerências; destacou que por norma regimental o presidente do conselho de administração deve ser um usuário; as reuniões são trimestrais, tanto do conselho fiscal como do conselho de administração; obedecem as diretrizes definidas pelos conselhos; tem acompanhamento constante da auditória independente e das auditorias da União e dos Comitês; a Diretoria Executiva é composta por uma Diretoria Geral que aloca a Gerência de Gestão Estratégica e Coordenação de Colegiados. Na Gerência de Gestão Estratégica: Gerência de Projetos (CBHs: SF, Rio das Velhas, Verde Grande e rio Pará) destacou que os trabalhos técnicos são de forma compartilhada, não necessariamente voltado para cada bacia, embora tenha alguns técnicos focais; Gerência de Integração (BH, Maceió/AL, Bom Jesus Lapa/BA, Petrolina/PE, Montes Claros/MG, Pará de Minas/MG), de suma importância, ela faz a ponte entre a área técnica, Diretoria Geral da Agência e a área financeira com os Comitês de Bacias, das demandas que chegam das diretorias, do plenário e das câmaras técnicas; Gerência de Administração e Finanças que agrega: Jurídico, Contabilidade, Coordenação/Licitações/Contratos, Coordenação/Orçamento/Finanças. Informou que a Sede fica em Belo Horizonte e com escritórios regionais em Maceió/AL, Bom Jesus Lapa/BA, Petrolina/PE, Montes Claros/MG, Pará de Minas/MG. A agência conta com uma equipe de 24 funcionários.

Citou as boas práticas da Agência: Elaboração de manuais com procedimentos administrativos; planejamento estratégico sistêmico; gestão financeira e de custos; processos digitalizados; reuniões por videoconferência; agência única (recursos compartilhados); padronização de procedimentos técnicos (ofícios, notas técnicas, pareceres, produtos, relatórios, atestados); adoção de normas editadas pela ANA e pelo IGAM. Elencaram os instrumentos contratuais em curso, quais sejam: Órgão Gestor Minas Gerais – IGAM: CBH Rio das Velhas (a partir de 2010 – arrecadação anual de 9 milhões) e CBH Rio Pará (a partir de 2017 arrecadação anual de 2,8 milhões). Órgão Gestor Federal ANA: CBHSF (a partir 2012 arrecadação anual de 24 milhões e a partir de 2019 uma arrecadação anual de 40 milhões) e CBH Verde Grande (a partir de 2017 previsão arrecadação anual 350 mil). A presidente da CTPA questionou se há problema de inadimplentes e o perfil destes. A apresentadora respondeu que o número de inadimplência é muito baixo.

Mostrou o sistema de cobrança e arrecadação da agência: o órgão gestor emite os boletos para os outorgados; os recursos da cobrança são repassados por meio de contrato de gestão, celebrado entre a Agência Peixe Vivo e o órgão gestor, com metas e indicadores, com avaliações anuais; os recursos da cobrança são geridos em conta bancária específica para cada contrato de gestão; a Agência gerencia os recursos de acordo com as normas públicas; os recursos da cobrança são aplicados no custo administrativo da Agência (7,5%) e em investimentos na bacia hidrográfica (92,5%); a aplicação em investimentos é realizada de acordo com o Plano de Aplicação Plurianual-PAP. Este é aprovado por deliberação do Comitê em plenária. Ainda com relação ao Plano de Aplicação Plurianual citou o Planejamento orçamentário para o período de 3 anos, organizado em 03 componentes: I – Programa e Ações de Gestão; II – Programas e Ações de Planejamento; III – Programas e Ações Estruturais. Citou onde os recursos são aplicados: elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico-PMSB; projetos básicos e executivos para implementação do PMSB; projetos hidro ambientais; planos de comunicação, campanhas de divulgação e mobilização social; estudos diversos; Sistema de Informações Georreferenciadas-SIGA; atualização do Plano de Recursos Hídricos; fortalecimento institucional dos Comitês de Bacias. Controles Atuais: SAP – Software para acompanhamento e controle financeiro e o SIGA sobre Recursos Hídricos do CBH Rio das Velhas. Destacou as atividades desenvolvidas em ambos. Salientou que o SIGA do CBHSF encontra-se em desenvolvimento. Apresentou imagens da utilização dos recursos de cobrança (construção de fossas sépticas rio Cipó; viveiros de mudas) e dos projetos e contratações hidro ambiental (drenagem em cascalheira, canal de captação de águas pluviais, barragens galgáveis, cercamento. Projeto de Saneamento).

Demonstrou os investimentos realizados no CBHSF e CBH Velhas com repasses e desembolsos no período de 2010 a 2019, no montante de R$ 340.949.209 (repasse) e R$ 207.389.015 (desembolso). Destacou que a limitação da legislação vigente ocasionou a morosidade das contratações devido ao atraso nos repasses.

Salientou a importância no diálogo direto com demandantes: construção de confiança de proximidade e confiança; projetos bem aceitos, reconhecidos e premiados; fortalecimento do sentimento de pertencimento à bacia; padronização procedimentos técnicos; gerenciadora e fiscalizadora de projetos; ganho em escala e otimização dos trabalhos, sob a supervisão da equipe técnica; atualização dos planos de recursos hídricos: processo participativo com inserção dos comitês trazendo legitimidade.

Por fim, apresentou os desafios da Agência Peixe Vivo: regulamentação e aperfeiçoamento da legislação; fim do contingenciamento e novo fluxo de repasse dos recursos da cobrança; resolução dos passivos das prestações de contas; melhor entendimento sobre o papel das entidades delegatárias/agência de Bacias; busca de novas fontes de financiamento. E disse não ter tipo tempo hábil para apresentar uma proposta concreta, mas que levaria o assunto para a equipe.

Finalizada a apresentação a Presidente Raquel agradeceu a apresentação pela rica explanação e depois passou a palavra para as considerações dos membros da CTPA.

Gustavo Carneiro (ADASA) questionou: se a agência mantém um quadro técnico na sua equipe, ou se eles são contratados conforme as demandas dos projetos; como que a agência lida com essa demanda técnica? Se a Agência Peixe Vivo tem interesse de atuar no DF e se teria a possibilidade de criar um escritório, ainda que reduzido, no DF? A Senhora Celia Fróes respondeu que dispõe de uma Gerência de Projetos, composta por quatro técnicos. Ressaltou que existem demandas que são desenvolvidas pelo próprio corpo técnico da agência, se estas estiverem dentro das especificidades dessa equipe técnica (termo de referência, projetos), mas tem demandas, como por exemplo, água subterrânea (hidrogeologia), que a agência precisa contratar especialista para elaboração do termo de referência. No geral a equipe técnica da agência consegue atender, somente o específico mesmo que é contratado. Ressaltou que em caso de uma demanda grande é contratada uma empresa gerenciadora. Disse que desde 2011 já praticam a contratação de uma gerenciadora e uma fiscalizadora (atua no campo realizando as medições e acompanhando a execução dos projetos). Com relação ao interesse da Peixe Vivo em atuar no DF, na sua visão de Diretora Geral, disse achar muito interessante e que iria levaria essa proposta ao Conselho de Administração, na reunião do dia 19/06. Disse ser uma continuidade, embora o rio Preto seja um trecho pequeno na bacia do São Francisco, mas tem grande afinidade com as outras e dá para conseguir trabalhar. E caso venham a trabalhar junto a ideia é sim abrir um escritório de apoio no DF, como tem em Montes Claros, em Maceió, mas um escritório administrativo. O serviço técnico será prestado de forma compartilhada pela equipe técnica da Sede.

Maria Consolación/CBH Paranaíba/DF perguntou quanto dos custos estão sendo considerados e foram necessários, além dos 7,5%, dos 92,5% para essa parte da gestão propriamente dita dos projetos (termo de referência, gestão de gerenciamento) qual é a sua estimativa? E se a agência tem um balizador em relação a quanto dos investimentos dos trabalhos finalísticos foram realizados em termos de qualidade e de quantidade da água, se existe uma avaliação separada com relação a isso, um relatório separado nas duas bacias: do Velho e do São Francisco? Em que esses investimentos impactaram na qualidade e quantidade da água da região. Célia Fróes respondeu que com relação ao percentual utilizado para gerenciamento adotam uma prática em que o custo para administrar, fiscalizar e acompanhar o projeto não pode exceder 15%. A seguir passou a palavra para o Gerente de Projetos, Thiago para responder a outra pergunta. Inicialmente o que baliza o investimento, em primeiro lugar é o que o plano da bacia recomenda que faça investimento em determinado eixo ou seguimento previsto no plano de ações e plano de retorno. O que indica o quê e aonde vai ser investido de fato são as diretrizes do plano de retorno. Infelizmente, hoje o que se arrecada com a cobrança ainda é insuficiente para que possamos alcançar as metas estipuladas. O plano plurianual de aplicação é observado e cada plano tem horizonte de 3 anos. Nele há a divisão do recurso arrecadado e a expectativa de arrecadação em eixos conforme o plano diretor. Se o plano diretor indica que 20% da arrecadação deverá ser investido em saneamento é construído o plano de investimento desta maneira, seguindo as diretrizes, este que é o balizador. É aquilo que foi aprovado em plenária pelo próprio comitê de bacia. Há a obrigatoriedade de seguir o que foi planejado para investimento. No caso da Bacia do rio da Velhas a prioridade é o saneamento, porque o maior problema da bacia está de fato relacionado à deficiência sanitária. Quanto ao rio São Francisco os investimentos primordiais são em recuperação ambiental. Então os investimentos, ano após ano, tentam acompanhar o que foi definido. Há limitações pela capacidade de arrecadação. Ainda não foi realizado até o momento uma aferição de indicadores relacionado aos investimentos feitos sobre como isso tem

contribuído para a melhoria da qualidade e quantidade das águas. No último ano há preocupação de que todos os projetos iniciem com a proposição de indicadores, embora muitas vezes nem todas as metas estipuladas por ano vão conseguir ser alcançadas somente com recurso da cobrança pelo uso da água. O uso desse recurso é complementar às ações de agentes do Estado e da União. Os recursos utilizados são complementares, contudo, os projetos podem e devem possuir indicadores. Ainda não temos como demonstrar indicadores de melhoria de qualidade e quantidade da água, muito embora a diretriz indique que a necessidade de trabalho forte no monitoramento dos indicadores para justificar o investimento ou até mesmo melhorar o serviço que tem custos, para de fato proporcionar a expectativa do plano de bacia que é melhoria da qualidade e quantidade das águas.

Maria Consolación/CBH Paranaíba/DF: quanto é a estimativa de arrecadação em cada uma das duas bacias maiores em que a Peixe Vivo atua: a do rio São Francisco e a do rio das Velhas para fazer jus à implementação real das diretrizes do plano diretor? E não sendo os recursos suficientes há alguma proposta em aumentar a cobrança para setores que utilizam muita água. O CBH tem isso em vista? Sobre as previsões periódicas estimadas existem estudos contínuos e permanentes? Sérgio responde dizendo que os planos diretores que têm sido trabalhados, os mais modernos, trabalham com duas categorias de orçamento. Todos os planos, para que consigam alcançar as metas estabelecidas, têm orçamento e valores apropriados. Citou por exemplo que na bacia do Rio São Francisco o orçamento estratégico para bacia é na ordem de 31 bilhões de reais e o executivo, que é o orçamento que a gente se propõe a executar, é da ordem de 500 milhões. No caso específico da Bacia do São Francisco a metodologia de cobrança foi recentemente atualizada e aprovada pelo Conselho Nacional, com vistas ao atendimento desse patamar desse orçamento executivo. A proposta é que a metodologia seja atualizada para que se consiga arrecadar o necessário para obtenção desse orçamento executivo.

Alba Ramos: Citou que o relatório que estabelece os mecanismos de cobrança, aprovado e apreciado agora no âmbito da CTPA em que a expectativa de arrecadação pela cobrança seria na ordem de 600 a 700 mil reais. Perguntou se a Agência Peixe Vivo tem realmente o interesse em apresentar uma proposta para assumir a função de Agência de Bacia para os três comitês de bacia do DF?

Célia: respondeu que, como Diretora Geral vislumbrava essa possibilidade, mas não tinha autonomia para responder, de forma objetiva, neste momento e que iria discutir o assunto com Conselho de Administração e se for autorizada fará uma proposta. Disse entender que provavelmente, pela regra do Conselho Nacional deverá ter um edital de chamamento público.

Patrícia Valls/Sema: Questionou se a agência tem alguma sugestão, um marco legal, para evitar o problema de contingenciamento como ocorreu no IGAM. E corroborou com o entendimento da Célia Fróes, de que a agência não é uma concorrente do Comitê, devem trabalhar em conjunto e não disputando o trabalho, mas como atuar para que não ocorra essa visão de concorrência e sim um trabalho integrado? Célia Fróes respondeu que o grande gargalo é a comunicação, o diálogo e trabalhar o tempo inteiro alinhando discussões e não economizar em reuniões e deixando claro que o sucesso de um é o sucesso do outro.

Raquel Brostel: indagou como evitar, ou minimizar, o que ocorreu em Minas Gerais com o IGAM, onde a arrecadação se misturou com a gestão do estado para que não venha acontecer o repasse. Célia Fróes respondeu dizendo que entendo que tem que estudar o fluxo para o recurso. Tem que se buscar essa alternativa do recurso não passar pelo caixa do Estado. Discutir o fluxo com o órgão gestor de forma que o recurso fique separado e não no orçamento único do órgão. Raquel Brostel/Presidente falou ainda que uma das questões críticas é a pulverização dos projetos e isso parece que já é uma experiência comum a todos os comitês. O plano plurianual ele vem para minimizar essa questão? Há quanto tempo vocês estão adotando essa medida e se realmente estão conseguindo minimizar a pulverização dos projetos. Citou que foi mostrado o Projeto de Recuperação de Nascentes na região de Belo Horizonte e perguntou se a agência tem parcerias institucionais ou se todos os recursos são especificamente do comitê; se tem parcerias em outros momentos e como que funciona com tantas parcerias com tantos estados, com a prefeitura, e essa interlocução com a gerência de integração. Com relação ao que foi dito, pela experiência da agência, um escritório administrativo na região funciona muito bem e que os serviços técnicos consegue-se fazer com monitoramento por meio de reuniões virtuais.

A Presidente salientou que seria interessante os técnicos conhecerem a área e estarem presentes um pouco mais da região. Célia Fróes respondeu que no início vai ter pulverização sim, causada pela euforia e a tendência é pulverizar. Para evitar é elaborar um plano de aplicação mais enxuto, com menos janela, menos rubrica e comprovar para o comitê que quanto mais você pulveriza maior é o custo administrativo, isso implica um custo do 7,5% muito alto que acaba prejudicando em outras ações. Agora que a agência está conseguindo trabalhar nessa linha da importância de não pulverizar tanto. Com relação ao escritório destacou que os técnicos conhecem o campo sim, pois eles vão às reuniões, vão discutir os projetos. Disse que a Agência não têm que ter equipes técnicas no escritório para ficar ociosa e não compartilhar tanto, mas a equipe técnica da agência circula sim nas bacias. E que a ideia de ter um ponto de apoio administrativo é para serem os facilitadores no apoio para realizar reuniões, receber documentos. E que esse reconhecimento do território a equipe faz e tem que fazer senão não consegue desenvolver um bom projeto. A seguir o Sr. Thiago complementou a fala da Célia dizendo que é normal que o início de uma agência de bacia o recurso de cobrança é como se fosse a derrubada de um muro de Berlim. Existe essa euforia o comitê quer fazer tudo num tempo muito pequeno e isso muitas vezes pode ocasionar a pulverização. É como se cada membro quisesse o seu projeto a sua ação. Então esse trabalho de início, de base, junto as diretorias de comitês ele é fundamental para evitar que essa pulverização ela consuma todo o quadro técnico da agência. Elaborando um plano de aplicação com poucas linhas de ação. Hoje a Agência Nacional está discutindo os contatos de gestão, além dos planos plurianuais de três anos o planejamento para um ano. Nesse planejamento de um ano vão ser indicados todos os empreendimentos, quantificadas as ações e o custo da execução, que é mais interessante para se evitar essa pulverização. Ao longo do tempo o próprio comitê se convence de que essa pulverização não é interessante, porque dificulta o alcance das metas previstas nos planos diretores da bacia não trazendo um resultado de maior visibilidade para o comitê de bacia. No início essa euforia ela é inevitável. Raquel Brostel: pediu para falar sobre os projetos de Belo Horizonte se teve parcerias. Thiago: informou que tem parcerias e muito bem feitas. Atualmente tem parceria com a empresa Arcelor Mittal, a qual mantem viveiros de mudas na região metropolitana de BH. Da mesma forma tiveram parceria com o INCRA, em Sergipe, para realização de obra de saneamento; Secretaria de Saúde Indígena e tantas outras. São parcerias feitas com objeto bem específico. Destacou que é fundamental se ter parcerias, pois elas contribuem para o alcance das metas do plano e assegura que as ações a serem realizadas tenham um lastro, um pertencimento.

Maria Consolación/CBH Paranaíba/DF: complementando a pergunta da Raquel quis saber com relação a recuperação de nascentes qual foi a parceria e que parceria eles tiveram com ONGs para execução de trabalhos. Célia Fróes ressaltou que as parcerias da agência não são parcerias de repasse de recursos. As parcerias são voltadas no sentido de um termo de cooperação técnica, um termo de parceria, em que as vezes a agência custeia alguma despesa para a entidade vai apoiar em algum projeto e citou por exemplo, pagamento de diária. Existem restrições tanto na legislação da ANA, quanto do IGAM. Com relação às nascentes urbanas foi pensada uma parceria com a Prefeitura, sem êxito. Mas conseguiram fazer parceria com os cuidadores. Fizeram três etapas. Primeira etapa: levantamento do diagnóstico, foram cadastradas e georreferenciadas mais de duzentas nascentes, com o levantamento dos seus cuidadores e da situação dessa nascente; segunda etapa: foi o plano de ação para recuperação de algumas, foram elencadas algumas prioritariamente, pois não foram todas atendidas. Destacou que a parceria foi somente com cuidadores e nenhuma empresa, pois foi uma opção do comitê do rio das Velhas em custear sozinho esse projeto. A agência não tem o costume de ter muitas parcerias. Maria Consolación/CBH Paranaíba/DF: ressaltou com relação à recuperação de nascente disse ter interesse especial em conhecer esse projeto haja vista a identificação de seis nascentes na região e perguntou se poderia disponibilizar para o comitê esse projeto de nascentes do rio das Velhas. A agência manifestou que disponibilizaria o projeto. Finaliza discussão, a Presidente Raquel agradeceu a participação da Diretora Geral Célia Froes e do Gerente de Projetos Thiago pela disponibilidade e pela apresentação, que foi muito proveitosa e esclarecedora e que mostrou solidez da agência e a experiência em bacia. E aguarda um posicionamento da agência quanto ao interesse de atuar no DF como agências das três bacias. A apresentadora Célia Fróes agradeceu a oportunidade de apresentar os trabalhos da agência e sinalizou interesse em apresentar uma proposta.

Encaminhamentos: Agendar duas reuniões: uma com a Adasa e outra com o Comitê de Bacias do Paranaíba. Esgotada a pauta a Presidente encerrou a reunião.

RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL/ABES/DF

Presidente da CTPA/CRH

Documento assinado eletronicamente por **Raquel de Carvalho Brostel**, **Usuário Externo**, em 15/06/2020, às 14:39, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **PATRÍCIA VALLS E SILVA - Matr. 0276661-2**, **Coordenador(a) de Recursos Hídricos**, em 15/06/2020, às 16:47, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 verificador= **41791418** código CRC= **F8B472FD**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SBN Quadra 2 Lote 9 Bloco K 3º Piso Inferior - Bairro Asa Norte - CEP 70040-020 - DF